

Afif reclama por "rebelião"

São Paulo — Conservador e moderado, pela lógica das coisas ele deveria ser um dos últimos brasileiros a desembarcar em Brasília, neste final de semana, brandindo apelos rebeldes aos políticos e à nação. Lógica, no entanto, parece ser algo cada vez mais raro na agitada sucessão de propostas na política brasileira — e, nesse caso, o terceiro deputado mais votado do país, o empresário paulista Guilherme Afif Domingos, se reserva o direito de ser o primeiro a chegar à Constituinte com uma proposta de «rebelião». «Conclamo-os meus companheiros e o povo à rebelião contra a tentativa de se aniquilar o Congresso e a Constituinte, delegando-se ao presidente da República poderes



Arquivo

Deputado defende o fim dos decretos-leis

ditatoriais», diz Afif, de olho nas articulações para que sejam aprovados, já na primeira semana de funcionamento da Constituinte,

dois atos constitucionais destinados a permitir ao Executivo legislar sobre matéria econômica e substituir o trabalho da Câmara e do Senado pelo de uma comissão de parlamentares encarregada da legislação ordinária.

A proposta surgiu do Palácio do Planalto, com o patrocínio público do futuro presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e está assentada praticamente sobre dois argumentos: os constituintes precisam dedicar tempo integral à Constituição e o presidente José Sarney, na quadra atual da economia, necessita de movimentos mais rápidos na tomada de decisões às vezes dramáticas. Afif, porém, afirma que delegar tais poderes ao presidente significa «renegar a soberania do Congresso e colocar a própria Constituinte de joelhos diante do Executivo».

Mandato

«Eu não recebi um mandato popular para logo em seguida abdicar dele», diz Afif, eleito com 508 mil votos pela pequena legenda do Partido Liberal, que ele ajudou a fundar a partir de sua pregação como presidente da Associação Comercial de São Paulo.